



ANÁLISE DO SENSO COMUM A PARTIR DA CONTRAPOSIÇÃO ENTRE OS DIZERES DA MÍDIA E DO CORDEL

Fernanda Moraes D'Oliveira

1. Introdução

Neste artigo, apresento o início do meu percurso de doutorado¹, no qual busco compreender, no entremeio da relação entre mídia e cordel, o que é silenciado e o que é reafirmado nos dizeres do senso comum. Focarei, aqui, nessas primeiras considerações sobre a minha pesquisa, o que é reiterado na discursividade do senso comum.

Esse questionamento iniciou-se já no meu trabalho de mestrado, que resultou na dissertação intitulada *O social no cordel: uma análise discursiva*². No momento da constituição do *corpus*, observei que os títulos dos folhetos pesquisados³ estabeleciam uma forte relação com a mídia:

- *A palavra mensalão*, de Vicente Campos Filho, publicado em 2005, João Pessoa;
- *A CPI do PC e o Impeachment do Collor*, de Paulo de Tarso Gomes, publicado em 1992.
- *ABC dos tubarões*, de Minelvino Francisco Silva;
- *Foi exigência do povo Lula na presidência*, de Gonçalo Ferreira da Silva, publicado em 2003;
- *Carta da amiga droga*, de Vanerci Santos do Nascimento, publicado em 2004
- *O divórcio no Brasil*, de Pedro Bandeira;
- *O que faz um nordestino em São Paulo*, de João de Barros;
- *A natureza e o homem*, de Gonçalo Ferreira da Silva, publicado no Rio de Janeiro;
- *Meninos de rua e a chacina da Candelária*, de Gonçalo Ferreira da Silva, publicado em 2005
- *O governo do presidente Médici e os agradecimentos dos trabalhadores do Brasil*, de Minelvino Francisco Silva;
- *O valor da reforma agrária e a missão da terra*, de Minelvino Francisco Silva;

Os temas referidos nos títulos acima, que nos contam sobre o presidente Lula, a morte de P.C. Farias, corrupção na política brasileira, violência urbana, a migração nordestina para o sudeste, preservação da natureza, divórcio, os presidentes da época da Ditadura, reforma agrária, política, etc,

¹ Pesquisa financiada pela Capes.

² Dissertação defendida no ano de 2010 e pesquisa financiada pela Fapesp.

³ No trabalho de mestrado focamos temas relacionados com acontecimentos históricos e sociais do Brasil, como violência, migração, política, meio ambiente, etc. Deixamos de fora desse recorte os folhetos que tratavam de histórias fantásticas, por exemplo.



tiveram ou ainda têm uma grande repercussão na mídia. Tomando especificamente a violência urbana, tema muito explorado pela mídia, encontrei cordéis que falam, por exemplo, sobre a Chacina da Candelária⁴, fato que marcou a sociedade brasileira e que foi noticiado em inúmeros jornais como o *Jornal Nacional*, *Folha de São Paulo*, *Estadão*, entre outros. No que diz respeito à corrupção, vemos folhetos que trazem a história do *mensalão*⁵, do *Impeachment* do Collor, sendo estes assuntos que também tiveram grande repercussão na mídia.

Essa relação dos temas dos cordéis com os assuntos que circulam na mídia nos chamou a atenção em nosso percurso analítico. Alguns pesquisadores como Kunz (2001) afirmam que uma das finalidades do folheto é informar, assim como os jornais. Na perspectiva discursiva, questiono a primazia da linguagem como meio de informação, pois considero muito importante a discussão, por exemplo, do silenciamento e da polissemia, o que não significa que desconsidero a significativa convergência entre os temas discutidos no cordel e na mídia. Focarei meu olhar não no papel informativo do folheto, mas sim no fato de ele fazer circular, de uma forma lúdica, assuntos polêmicos na sociedade. E é nessa relação entre o cordel, que apresenta um aspecto lúdico, e a mídia, que busco, ao longo do trabalho de doutorado, compreender o funcionamento discursivo do senso comum.

Para isto, irei me sustentar no dispositivo teórico da análise de discurso de perspectiva materialista, a qual busca compreender os efeitos de sentido e o funcionamento discursivo por meio de uma análise não subjetiva (PÊCHEUX, 1969,1975; ORLANDI, 1987, 2002).

2. O que já falam sobre o senso comum

Discussões sobre o senso comum fazem parte de reflexões filosóficas de grandes pensadores como Aristóteles, Gramsci, Padre Garrigou Lagrange, Wittgenstein, Barthes, Prado Jr, Porchat, entre outros, que refletiram sobre o seu efeito na construção do pensamento filosófico em meio ao que se considera como comum e/ou banal. Em meio a essas discussões, questiona-se a importância de se levar em conta o que é considerado como comum acerca do homem, da humanidade e da sociedade.

Para compreender melhor como os filósofos consideram o senso comum, cito aqui uma das acepções apresentadas no *Vocabulário de Lalande*⁶:

⁴ A Chacina da Candelária, nome registrado pela mídia, foi um acontecimento que causou grande comoção nacional devido ao assassinato de seis menores e dois maiores de idade por um grupo de extermínio formado por policiais militares no ano de 1993.

⁵ O *mensalão* foi um esquema de compra de votos de parlamentares, descoberto em 2005. É considerado o maior escândalo de corrupção durante o governo de Lula.

⁶ Além da acepção apresentada aqui, o dicionário de *Lalande* traz a concepção de Aristóteles, o qual diz que o senso comum relaciona-se tanto “à unidade do sujeito sensitivo como à do objeto sentido” e o ponto de vista dos ecléticos e da escola escocesa acerca do senso comum, para os quais o senso comum “é o fundo imutável do espírito, a sua natureza essencial, de que a própria razão é apenas o desenvolvimento refletido e formulado”.



[...] o conjunto das opiniões tão geralmente admitidas numa época e num meio dado, que as opiniões contrárias aparecem como aberrações individuais, que será inútil refutar seriamente e das quais é melhor rir, se forem fúteis, mas que será melhor tratar ('soigner') se forem graves. (p.16-17).

Podemos ver, dessa maneira, que o senso comum, por ser admitido numa época e num dado meio, é constituído historicamente, e é naturalizado por um efeito do funcionamento da Ideologia. Desse modo, o que é considerado como consenso por todos é visto como uma verdade absoluta, como normalidade. Sobre isso, Prado Jr (1979), baseado nos dizeres de Hebert Read, afirma que “o senso comum é o juízo corrente, a opinião aceita, as convenções estabelecidas, os hábitos aperfeiçoados” (p. 33).

Além de ser um constructo histórico-cultural, o senso comum, segundo Geertz, coloca os dizeres de maneira literal, sendo apenas aquilo e não outra coisa, ou seja, os sentidos que constituem o senso comum não tendem para o deslizamento, para o deslocamento (polissemia), e sim para a estabilidade, para a repetição (paráfrase), o que mostra que os mecanismos de paráfrase e polissemia serão fundamentais para o desenvolvimento das análises.

Desse modo, o senso comum, segundo Barthes (1987), por parecer banal, merece nossa “desconfiança” e, desconfiando do senso comum, podemos produzir uma crítica social baseada no histórico, no político e, desse modo, poderemos desconstruir a naturalização do comum para compreender como aí se configuram o sujeito e os discursos, o já-dito estabilizado e estereotipado.

3. Primeiras observações sobre as reiterações do senso comum

Geertz (1983), em sua análise sobre o sistema cultural afirma que:

Se o senso comum é tanto uma interpretação do imediatismo da experiência, um comentário sobre ele, como o são o mito, a pintura, a epistemologia ou o que seja, então também é, como eles, construído historicamente e, como eles, sujeito a padrões de julgamento definidos historicamente. Pode ser questionado, contestado, afirmado, desenvolvido, formalizado, contemplado, até mesmo ensinado, e pode variar dramaticamente de uma pessoa para a outra. É, em suma, um sistema cultural, embora não seja um sistema muito bem integrado, e fundamenta-se na mesma base que fundamenta qualquer sistema semelhante: a convicção, por parte daqueles a quem pertence, de seu valor e validade. Aqui, como em outras partes, as coisas são o que você considera que sejam. (p.76)⁷

⁷ Tradução própria. Trecho original: “If common sense is as much an interpretation of the immediacies of experience, a gloss on them, as are myth, painting, epistemology, or whatever, then it is, like them, historically, constructed and, like them, subjected to historically defined standards of judgments, It can be questioned, disputed, affirmed, developed, formalized, contemplated, even taught, and it can vary dramatically from one person to the next. It is, in short, a cultural system, though not usually a very tightly integrated one, and it rests on the same basis that any other such system rests; the conviction by those whose possession it is of its value and validity. Here, as elsewhere, things are what you make of them”.



O autor considera que o senso comum é constituído historicamente, assim como A. Lalande, porém, é preciso problematizar quando o autor diz que o senso comum pode variar drasticamente de uma pessoa para outra, pois, nesse momento, ele me parece não como uma questão individual, mas sim configurado pela memória discursiva. Desse modo, entendo o senso comum como sendo uma questão ideológica e político-social, a qual nos possibilita compreender as diferenças e as reafirmações estabelecidas no/pelo social.

Nesse sentido, compreendo que o senso comum é formulado em um processo de identificação, pois o sujeito repete aquilo com o qual se identifica ou aquilo que não tem a possibilidade de não repetir, de não entrar em consenso, já que as idéias do senso comum, quando refutadas, *aparecem como aberrações*, conforme afirma Lalande.

A questão, entretanto, que proponho, não é como o sujeito é constituído no entremeio do senso comum, mas sim o que é reafirmado nesses dizeres. Retomo aqui alguns trechos presentes no *corpus* apresentado no mestrado, que me levaram a pensar sobre a questão que discuto neste percurso inicial do doutorado:

- “Pegaram o termo mensal/e juntaram com o ‘ão’ de ‘ladrão’/(...)/hoje onde ele está/ indica corrupção”⁸;
- “O cão gritou logo/me tragam logo aqui/ quatro ou cinco deputados/ especialistas em CPI”⁹;
- “Fiquemos todos atentos/ pra escolher um candidato”¹⁰;
- “O povo perdeu o medo/ votou com mais confiança”¹¹;
- “É mais do que necessário/preservar a santuário/ da nossa Mãe natureza”¹²;
- “A polícia até que luta/mas ta desaparelhada (...)/ a justiça sempre falha/ A polícia não acerta”¹³

Por meio de um movimento parafrástico (aqui não explicitado), foi possível chegar aos seguintes enunciados:

‘Associa-se a corrupção à política’.

‘No senado todos são ladrões’.

‘Temos que votar com consciência’.

‘Vamos salvar o planeta Terra’.

‘Nossa polícia não presta’.

Tais paráfrases, conforme já disse, mostram dizeres já estabilizados e naturalizados, pela sua repetição na sociedade e também na própria mídia, afirmando-se como senso comum. Um enunciado

⁸ Trecho extraído do cordel *A palavra mensalão*.

⁹ Trecho extraído do cordel *O dia em que PC Farias infernizou o inferno*.

¹⁰ Trecho extraído do cordel *ABC dos tubarões*.

¹¹ Trecho extraído do cordel *Foi exigência do povo Lula na presidência*.

¹² Trecho extraído do cordel *A natureza e o homem*.

¹³ Trecho extraído do cordel *O cúmulo da violência em Literatura de Cordel*.



que diz que em nossa sociedade os políticos são ladrões, que precisamos salvar a natureza, que a polícia não presta, são opiniões de uma maioria, que, pela repetição e por um funcionamento da ideologia, naturaliza esses enunciados como um dizer correspondente a uma verdade plena. Desse modo, a naturalização desses dizeres não possibilita perguntar sobre o discurso do senso comum, pois ele é constituído como uma verdade social.

No processo de reiteração, o senso comum legitima os dizeres como sendo a opinião de todos, porém, essas reiteraões permitiram-me pensar nos seguintes questionamentos: quem associa à corrupção a política? Quem diz que precisamos salvar o planeta? Quem diz que a polícia do Brasil não presta? Será que ouvimos aí a voz de todos? Como esse consenso é produzido? Essa repetição, conforme disse, dá-se pela identificação dos sujeitos com as opiniões, as idéias correntes, e se não houver essa identificação com o que é considerado como comum, o sujeito acaba sendo posto à margem do social, até mesmo associado, em caso extremo, à loucura.

O senso comum parece funcionar como um meio de organização social, que se sustenta na naturalização dos sentidos, construída historicamente no/pelo simbólico. E quem deseja a organização social? Essa é uma questão que será desenvolvida ao longo da pesquisa de doutorado, podendo ser endossada ou desconstruída. As análises que serão feitas mais adiante é que nos dirão.

4. Considerações sobre o percurso inicial

Neste trabalho, apresentei as minhas inquietações acerca do funcionamento do senso comum no entremeio da relação entre mídia e cordel, e o início da reflexão sobre este questionamento.

Neste percurso inicial, penso nos dizeres do senso comum como sendo um discurso formulado pela identificação do sujeito com certos dizeres, que possuem uma força coercitiva e normalizadora. Esta força funciona, portanto, para o estabelecimento de uma organização, de uma ordem social, por meio da naturalização dos sentidos. O que é sustentado nesses dizeres, como pudemos ver por meio das paráfrases, são discursos que já estão cristalizados e legitimados em nossa sociedade. Cabe agora, investir mais na compreensão do que é reiterado e também no que é silenciado nos dizeres do senso comum para um entendimento mais amplo do funcionamento dos discursos considerados como sendo da opinião de todos.

Referências bibliográficas

GEERTZ, C. *Local Knowledge*, Basic Books, Inc. Publishers, New York, 1983.

KUNZ, Martine. *Cordel: a voz do verso*. Fortaleza/CE: Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2001. (Coleção Outras Histórias, v. 6).

LAGAZZI, S. *O desafio de dizer não*. Pontes, Campinas, 1988.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
V SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO
O acontecimento do discurso: filiações e rupturas
Porto Alegre, de 20 a 23 de setembro de 2011

LALANDE, A. *Vocabulário técnico e crítico da filosofia*. Martins Fontes, São Paulo, 1999.

PÊCHEUX, M. "Análise automática do discurso". In: Gadet & Hak (Orgs). *Por uma análise automática do discurso*, Ed. Unicamp, Campinas, 1997.

_____. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*, Editora Unicamp, Campinas, 1975.

PRADO Jr., B. "Por que rir da Filosofia?", em *Manuscritos*, vol. III, n.1, Unicamp, Campinas, 1979.

ORLANDI, Eni P. – *A linguagem e seu funcionamento*, Editora Pontes, Campinas, 1987.

_____. *Análise de discurso, princípios e procedimentos*, Editora Pontes, Campinas, 2002.